

The background is a monochromatic orange mosaic. On the left, there is a stylized map of Portugal. On the right, there is a stylized coat of arms of the House of Braganza, featuring a crown, a shield with a cross, and a ribbon with the motto 'DIEU ET MON DROIT'.

PORTUGAL E O PIEMONTE: A CASA REAL PORTUGUESA E OS SABÓIAS

**NOVE SÉCULOS DE RELAÇÕES
DINÁSTICAS E DESTINOS
POLÍTICOS (XII-XX)**

MARIA ANTÓNIA LOPES
BLYTHE ALICE RAVIOLA
COORD.

2.^a EDIÇÃO

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Pierangelo Gentile

Università degli Studi di Torino

**DEPOIS DA DERROTA.
O EXÍLIO PORTUGUÊS DE CARLOS ALBERTO, REI DA
SARDENHA, E HUMBERTO II, REI DE ITÁLIA**

1. O “rei mártir”

«Sempre fiz todos os esforços possíveis, de há 18 anos a esta parte para o bem dos povos; para mim, é dolorosíssimo ver as minhas esperanças falharem, não tanto por mim, mas pelo país; não pude encontrar a morte no campo de batalha, como a teria desejado; talvez a minha pessoa seja agora o único obstáculo para obter da parte do inimigo uma justa convenção; e como não há já meio algum para continuar as hostilidades, abdicó neste instante da coroa a favor do meu filho Vítor, na esperança de que, ao renovar as conversações com Radetzky, o novo rei possa obter pactos melhores e conseguir uma paz vantajosa para o país: eis agora o vosso rei»¹.

Indicando o novo soberano da Sardenha – o duque de Sabóia Vítor Manuel, de vinte e oito anos – Carlos Alberto, no melancólico enquadramento do palácio Bellini, em Novara, ao anoitecer de 23 de Março de 1849, às nove e um quarto, concluía o seu reinado da pior maneira. A guerra contra os austríacos, passada à história como a primeira guerra da independência, estava definitivamente perdida e só tinham passado poucos dias após o discurso da desafrona, pronunciado na Câmara pelo ministro democrático Urbano Rattazzi. O Piemonte tinha tentado inutilmente retomar

¹ CIBRARIO, L., 1850, p. 243.

as hostilidades que se tinham interrompido com a assinatura do armistício Salasco, a 9 de agosto de 1848. Mas nestes meses de nada tinha servido a reorganização do exército, sempre devorado pelas rivalidades dos seus comandantes e a admissão de um presumível estratega polaco capaz, como era o general Chrzanowski. Só restava enviar o general Cossato ao marechal-de-campo Radetzky e o ministro ao campo Cadorna para alcançar um tratado de paz honrosa².

Enquanto para o pequeno reino saboiano se abria, sob os piores auspícios, uma nova fase política, o rei, que pouco mais de um ano antes tinha concedido instituições livres com o Estatuto, tomava o caminho do exílio. Carlos Alberto parecia consciente do destino que o esperava: disso se tinha apercebido o criado de câmara Bertolino, que, enviado a Turim a anunciar a abdicação, testemunhara a imagem de um rei preparado para enfrentar a morte³. Na solidão, Carlos Alberto enfrentaria o destino. Tinha tomado a este propósito disposições precisas: à mulher, a rainha Maria Teresa de Habsburgo-Lorena, a ordem de não se deslocar da capital; aos afeiçoadíssimos ajudantes de campo – Carlos e Maurício Nicolis de Robililant e Luís Scati di Casaleggio – uma comovida despedida, não querendo *faire partager à personne* a sua triste sorte. De nada serviram as lágrimas e calorosas instâncias dos oficiais para seguir Carlos Alberto, fosse qual fosse a sua sorte⁴. A decisão de partir sozinho foi irrevogável. Fechado no quarto para os últimos preparativos antes da partida, o ex-soberano convocou exclusivamente o pessoal de serviço para os pormenores da viagem; quando lhe chegou o passaporte militar emitido pelo comandante de Novara, o conde Morelli, tudo estava já pronto. Havia pouco que tinha batido a meia-noite; o conde de Barge – era este o título escolhido por Carlos Alberto para o exílio –, depois de subir para uma pequena e incómoda *escargot*, preparava-se com o secretário de gabinete Lorenzo Gamalero e com o camareiro Francesco Valletti para alcançar, como escreve Cibrario, «a extrema praia

² Sobre Carlos Alberto é sempre válida, se bem que datada e discutida, a documentada biografia em três volumes de RODOLICO, N., 1931-1943. Para a síntese mais recente, cf. BRIGNOLI, M., 2007. Utilíssima é a entrada de TALAMO, G., 1977.

³ AZEGLIO, C., 1996, vol. I, p. 980, 25.3.1849.

⁴ CIBRARIO, L., 1850, p. 244.

ocidental da Europa»⁵: o Porto, em Portugal. Milhares de quilómetros por terra: uma viagem extenuante que seria fatal para a já precária saúde do ex-rei; uma viagem não privada de insídias.

O caminho escolhido para alcançar a longínqua meta logo no início era perigoso, devendo Carlos Alberto atravessar as linhas inimigas e correr o risco de ser feito prisioneiro: uma eventualidade que, se viesse a concretizar-se, teria tornado ainda mais difíceis as conversações do Piemonte com a Áustria. Apanhada a estrada de Vercelli, com efeito, depois de pouco mais de uma hora de marcha, a carruagem foi mandada parar por uma guarnição austríaca emboscada numa quinta e bem defendida por uma bateria de artilharia. Intimado a deter-se, com os canhões alinhados, o ex-rei teve de esperar várias horas na viatura até que o general Thurn, comandante do 4º corpo do exército, chegasse para explicar o insólito trânsito em território ocupado. Às cinco da manhã de 24 de Março, foi obrigado a descer da carruagem e interrogado; mas o conde de Barge, “coronel na reserva” do exército sardo, não foi reconhecido. Num tempo de péssimas relações entre as cortes de Turim e Viena, foi uma sorte para o ex-rei que o general austríaco se encontrasse em Itália havia apenas poucos meses⁶. Carlos Alberto pôde assim voltar a partir por volta das oito em direcção a Casale Monferrato, em território completamente controlado pelas tropas imperiais do general Wimpfen. Tendo nascido o dia, a carruagem com o inconfundível brasão de Carlos Alberto (o leão com o elmo e o escudo, para além do célebre mote *Je atans mon astre*) nos lados, passou quase despercebida em outras duas ocasiões: a primeira vez, quando um ulano, que se congratulou com o “coronel” pela sua bela espada, a fez parar; a segunda, por volta do meio-dia, quando um ajudante de campo a deteve, desaconselhando o incógnito piemontês de tomar a estrada de Casale, cidade pronta a ser assediada. Tranquilizado o oficial austríaco da inutilidade da operação militar devido à assinatura do armistício, Carlos Alberto prosseguiu a viagem em direcção a Moncalvo e Asti. Às dezanove horas de 24 de Março, o ex-rei chegava a Nizza Monferrato, onde se alojou na estalagem dos serviços

⁵ CIBRARIO, L., 1850, p. 246.

⁶ SALATA, F., 1931, p. 439.

postais. Foi só uma paragem de algumas horas, precisamente o tempo para recuperar forças com uma sopa de arroz, ovos estrelados e peixe frito, o “habitual jantar de um monge cartuxo”⁷. Às dez da noite, entre relâmpagos, chuva à mistura com neve, um «tempo, enfim, correspondente às infelicíssimas circunstâncias do país e, em particular, do arrojado e desventurado monarca»⁸, o triste cortejo tomava o caminho de Acqui. Chegado à célebre estação termal, o secretário Gamalero diligenciou em busca de cavalos “frescos”, com a ajuda do primeiro-sargento da guarda local. Carlos Alberto, todavia, não tinha a mínima intenção de pernoitar ali. Queria deixar o Piemonte o mais depressa possível. De modo que às duas e meia da manhã de domingo, 25 de Março, voltava a partir, resoluto, alcançando, às seis, Spigno Monferrato: cansado e entorpecido, a sua primeira preocupação foi a de procurar uma igreja para assistir à missa; só depois entrou numa «tabernazita» para tomar uma chávena de café. Não havia tempo a perder, de resto; o caminho, até deixar o reino, era ainda longo. Era preciso atravessar os Apeninos: tomada a estrada para Savona, o rumo era o da fronteira, na direcção de Nice. Percorrida toda a Riviera ligure ocidental, pouco antes de alcançar essa importante cidade, Carlos Alberto encarregou o fiel Gamalero de o preceder junto do comandante militar da divisão para que lhe fosse preparado um passaporte para França e Espanha. Eram as primeiras luzes de segunda-feira; ali se deteve apenas o tempo necessário para assistir ao ofício religioso no convento carmelita de Nossa Senhora del Laghetto, pouco acima de La Turbie, quando, na manhã de 26 de Março, o ex-rei foi recebido pelo general Olivieri e pelo intendente-geral de Nice, o conde Santa Rosa. Não houve muitas cerimónias. Depois de um rápido abraço, Carlos Alberto subiu para a carruagem do general e fez-se acompanhar até à ponte sobre o Var. Ali, voltou a descer, tomando novamente a viatura de Gamalero e Valletti. A fronteira francesa estava agora próxima. Ninguém reconheceu Carlos Alberto. Os guardas-fiscais republicanos deram uma olhadela de circunstância às poucas bagagens. O reino estava agora para trás: três dias ininterruptos para um percurso de mais de trezentos quilómetros;

⁷ CIBRARIO, L., 1850, p. 248.

⁸ GAMALERO, L., 1850, p. 4.

e tudo feito numa carruagem projectada para o relaxante passeio no parque do castelo de Racconigi, e não, decerto, para uma longa e fatigante viagem.

Angustiado por ter deixado o país, mas convencido de ter feito o que estava certo, às quatro e meia da tarde Carlos Alberto chegava a Antibes. Ali, na Costa Azul, pôde finalmente repousar um pouco, alugando um quarto no antigo Hotel de Inglaterra; jantou conforme o seu hábito, às seis. Depois, já pelo serão adiantado, recebeu a visita do fiel e devoto conde de Castagnetto, seu secretário e superintendente da lista civil, chegado, a seu pedido, expressamente de Turim. Carlos Alberto devia regularizar as questões económicas: organizados os negócios do seu património privado, de modo a não agravar as finanças do Estado («Je préférerais manger du pain noir tout le reste de mes jours, plutôt que l'on put dire que dans une époque aussi terrible je suis venu aggraver ou embarrasser encore dans un intérêt personnel les finances de l'Etat»)⁹, estabeleceu que todos os livros e objectos de arte comprados com o dinheiro do seu bolso presentes na armaria, na biblioteca real, no medalhário e na pinacoteca – célebres instituições culturais por ele fundadas em Turim ainda hoje existentes – ficassem propriedade do Estado. Assim decidido, voltava a partir no dia seguinte, 27 de Março de 1849, às três da tarde. Viajou ininterruptamente durante trinta e quatro horas, atingindo Beaucaire, na actual região de Languedoc-Rossilhão, à uma da manhã de 29 de Março. Uma tirada de outros 250 quilómetros que debilitaram notavelmente Carlos Alberto. E o cansaço foi de tal modo grande que, tomado um quarto no Hotel Real, «atirou-se à cama, vestido como se encontrava, não podendo tomar sequer uma colher de caldo»¹⁰. Poucas horas de sono, pois às seis da manhã voltava a partir em direcção a Pesénaz, localidade não muito distante de Montpellier, chegando aí às oito da tarde; Carlos Alberto jantou como habitualmente, arroz, peixe e ovos. A paragem permitiu a Gamalero substituir durante a noite as molas da carruagem «que estavam estragadas». Na manhã de 30 de Março, pôs-se em movimento para Toulouse; a 31 chegou a Tarbes, nos altos

⁹ Princípio confirmado por Castagnetto, a 16.5.1849. Cf. CIBRARIO, L., 1850, p. 279.

¹⁰ GAMALERO, L., 1850, p. 6.

Pirenéus; na tarde do primeiro de Abril Carlos Alberto chegou a Bayonne, na fronteira com a Espanha, depois de ter percorrido novecentos quilómetros em cinco dias, em terras de França.

A 2 de Abril de 1849, às onze da manhã, entre a aclamação das populações locais, «o comandante intrépido, o rei reformador e libertador»¹¹ atravessava a fronteira em Irún, decidido a dirigir-se pelo caminho mais rápido para o Porto. Porém, impossibilitado de seguir por via marítima em San Sebastian devido ao mau tempo, Carlos Alberto decidiu prosseguir a viagem por terra. Foi perto de Tolosa, na Espanha, na tarde de 3 de Abril, que o ex-rei encontrou outros dois fiéis súbditos: eram o seu primeiro ajudante-de-campo Carlos Manuel Ferrero della Marmora e o conde Gustavo Ponza di San Martino, intendente-geral, chegados em missão «encarregados de indagar se Sua Majestade persistia na abdicação». O governo sardo, presidido pelo general saboiano Gabriel De Launay, tinha considerado necessário, para dissipar as suspeitas latentes no Parlamento sobre a efectiva vontade real, que o acto de renúncia ao trono fosse redigido e assinado em papel selado. Foi uma questão de pouca monta: para testemunhas foram designados António Vicente de Parga, «político superior» da província de Guipuzcoa e o deputado Xavier de Barcuiztegui, personagens que se tinham ali detido para homenagear o ex-soberano; para notário, foi convocado o «escrivão público» local, João Firmino de Furumdarena. Para o acto, lavrado «en la casa Fonda de Pedro Sistiaga, sita en la calle del Correo de [la] Villa de Tolosa», foi escolhida a fórmula mais simples e expedita:

“Carlos Alberto de Sabóia, rei abdicatário da Sardenha, declara querer confirmar e ratificar de sua própria e livre vontade o acto verbal feito por el próprio em Novara na noite de vinte e três de Maio último, en virtude do qual abdicou da coroa do reino da Sardenha e de todos os domínios que dele dependem a favor de seu filho primogénito Vítor Manuel de Sabóia”¹².

¹¹ GAMALERO, L., 1850, p. 7.

¹² CIBRARIO, L., 1850, pp. 347-348, apêndice, doc. XVIII, *atto di conferma d'abdicazione verbale del Re Carlo Alberto*.

Retomado o percurso para Portugal a 4 de Abril, Carlos Alberto embrenhou-se em terras de Espanha, «ultrapassando a alta montanha de Mondragon, coberta de neve, com um frio terrível»¹³; prosseguiu para Miranda de Ebro, onde chegou à meia-noite. Era tempo de se repousar algumas horas, já que o calvário continuava, depois, para Torquemada, alcançada às dez da noite de 5 de Abril. Depois, Valladolid e León. Agora já protagonista de uma viagem do domínio público, Carlos Alberto foi objecto de numerosos convites, todos recusados: primeiro, da guarnição de Vitoria, para honrar a cidade com a sua presença; depois, dos reis de Espanha, através do embaixador sardo Montalto, para uma visita a Madrid. Apenas cedeu às instâncias do infante D. Francisco de Paula, governador de Valladolid, mas foi uma visita rápida, apenas para uma chávena de café. Também o bispo de León, cidade alcançada a 7 de Abril às cinco da tarde, teria apreciado a honra da companhia do ex-soberano para o jantar, mas Carlos Alberto foi obrigado a declinar o convite devido ao excessivo cansaço.

Na manhã de domingo, 8 de Abril, Páscoa da Ressurreição, o augusto exilado foi à missa rodeando por uma multidão ovacionante, que também lhe tributou o seu caloroso entusiasmo no momento da partida, lançando flores até para dentro da carruagem. As etapas sucessivas foram Cubillo e Lugo. Em A Coruña, no dia 10 de Abril, às cinco da tarde, a chegada de Carlos Alberto foi previamente anunciada por tiros de canhão. E durante toda a noite a guarnição permaneceu impassível, sob a chuva que caía, de sentinela ao alojamento real no hotel. Até àquele momento a travessia de Espanha tinha sido longa e cansativa «tendo sido necessário atravessar três cordilheiras de montanhas»¹⁴. Em Santiago de Compostela, Pontevedra e Puente Sampayo, outras honras foram tributadas ao pobre viajante. Dali, a 13 de Abril, num «magnífico navio»¹⁵, Carlos Alberto prosseguiu a viagem via marítima até Vigo, onde chegou às 7 da tarde entre o fragor da artilharia. Pernoitou em Vigo, no Hotel de Inglaterra, gerido pelo senhor Ricaut, que, pela honra recebida, pediu para poder rebaptizar o estabelecimento

¹³ GAMALERO, L., 1850, pp. 7-8.

¹⁴ CIBRARIO, L., 1850, p. 251.

¹⁵ GAMALERO, L., 1850, pp. 12-13.

com o nome do augusto soberano, privilégio que lhe foi concedido. Chegava agora a parte mais árdua da *via crucis* real. «Não havendo estradas próprias para carruagens, mas apenas atalhos desertos por praias e montanhas», Carlos Alberto abandonou a viatura, para prosseguir a cavalo. No seu séquito não figuravam agora apenas os seus fiéis Gamalero e Valletti, mas um numeroso cortejo constituído por guardas e simples cidadãos que, desde Santiago, se tinham juntado à triste “procissão”.

Depois de mais de 1.100 quilómetros percorridos em Espanha, o ex-soberano entrava em Valença, a primeira cidade de Portugal, «bem fortificada, situada sobre o alto de uma montanha do lado de lá do rio Minho». Estava-se a 15 de Abril de 1849. No dia seguinte, a administração local fez aprontar uma barca «bem coberta de seda e percalina azul e branca, com um rico cadeirão, no qual se sentou Sua Majestade com os governantes da cidade à volta»: toda a gente acorria às margens do Minho para contemplar, de joelhos ou de cabeça descoberta, “o rei mártir”. A chegada a Viana do Castelo foi depois descrita por testemunhas, decalcando o relato da entrada de Jesus Cristo em Jerusalém: «as estradas estavam atulhadas de gente que se metia até debaixo dos cavalos, muitos deles de joelhos; havia quem beijasse as pernas de Sua Majestade, outros até os estribos»¹⁶. Às seis da manhã de 17 de Abril, Carlos Alberto voltou a partir para Vila do Conde e Casal de Pedro, «aldeia miserável onde, pela extrema fraqueza e pela inflamação que a longa viagem tinha provocado nos vasos hemorroidais, Gamalero e Valletti foram obrigados a levá[-lo] em braços pelas escadas da hospedaria»¹⁷. O ingresso do Sabóia no Porto teve lugar no dia 19 de Abril, às duas da tarde. E foi um novo banho de multidão e de autoridades; mas com o aspecto um tanto abatido, logo que chegou ao hotel de António Bernardo Peixe, na praça dos Ferradores, o conde de Barge despediu-se de todos, «não tendo mais força para se suste de pé, de tão prostrado que estava»¹⁸. A viagem de 2.500 quilómetros, que tinha durado 27 dias, havia terminado; a prova tinha sido demasiado longa e difícil, pelo que era necessário que o ex-soberano pudesse recuperar forças.

¹⁶ GAMALERO, L., 1850, pp. 14-15.

¹⁷ CIBRARIO, L., 1850, p. 253.

¹⁸ GAMALERO, L., 1850, p. 16.

O ex-rei ficou nove dias no hotel; depois transferiu-se para uma pequena casa arrendada, que pertencia a Maria Teresa de Sousa Vasconcelos, com um jardim, «na saída da cidade em direcção à Torre da Marca, próximo da Real Fábrica dos galões de oiro e de prata e defronte do quartel de infantaria, exposta plenamente a sul»¹⁹; mas naquele lugar da rua dos Quartéis, Carlos Alberto ficou pouco tempo: a habitação – antes arrendada a um inglês, que decidiu subarrendá-la a Carlos Alberto por seis meses, com a única condição de, para além da renda, o rei se encarregasse de todos os móveis, utensílios, porcelanas, cristais e roupas – era demasiado pequena e modesta, dotada de apenas três divisões e de um jardim. Deste modo, a 14 de Maio, o ex-soberrano da Sardenha mudava novamente de domicílio, alojando-se na casa suburbana de António Ferreira Pinto Basto. 3.488,37 liras, equivalentes a 600.000 réis²⁰, era quanto pagava por uma vivenda «mais limpa do que bela, mas situada ao fundo de um jardim muito ameno e com bonitas e amplas vistas sobre o rio e sobre o mar»²¹. A habitação situava-se sobre a margem do Douro. Contava com umas vinte divisões «entre pequenas e médias, limpas, decoradas com decência, mas sem luxo». Uma escada de madeira ligava os dois andares. No piso superior encontrava-se a capela e a sala onde se recebiam as pessoas à espera de audiência, para além dos criados; havia, depois, uma sala decorada com uma tapeçaria de cor amarela e com «um grande espelho de Paris, mobília de mogno guarnecida de seda e um tapete sobre o pavimento». Ao fundo da sala, duas portas: a da esquerda dava para a sala de jantar; a da direita, para o quarto «cubicular» do rei, provido de uma cama de ferro baixa, com um colchão pespontado, um armário, algumas cadeiras de mogno estofadas de veludo de Utreque verde e uma mesinha com alguns livros por cima e duas imagens sacras: a da Virgem e a de S. Francisco²². Até que a doença lho permitiu, Carlos Alberto passava os dias no escritório: uma vida solitária, como confessava a Maria di Robilant, «sem

¹⁹ GAMALERO, L., 1850, p. 16.

²⁰ Relatório de Gian Michele Canna, Secretário da Superintendência Geral da Casa de Sua Majestade, incluído no arquivo secreto, 27 de Abril de 1849, in COLOMBO, Adolfo, *Carlo Alberto ad Oporto secondo nuovi documenti*, “Rassegna storica del Risorgimento Italiano”, 1933, fasc. III, p. 621.

²¹ CIBRARIO, L., 1850, p. 254.

²² CIBRARIO, L., 1850, p. 264.

qualquer entusiasmo pelos acontecimentos actuais»²³. Levantava-se às sete, jantava às dezassete, sempre só, deitava-se o mais tardar às dezanove. Todos os domingos comungava. Durante o dia lia as páginas políticas de algum jornal francês e, depois, os livros de guerra, de ciências, de história e de viagens; escrevia algumas cartas; levantava-se «invariavelmente cada vez que recebia alguém, qualquer que fosse a condição, se bem que o fizesse, pela sua fraqueza, com visível esforço e ficando as mãos na cadeira»²⁴. Habitualmente, porém, devido às precárias condições de saúde, eram poucos os que gozavam de uma breve audiência: os cônsules Bobone e Moro; o governador civil do Porto, comendador Lopes Dias de Vasconcelos; o governador militar, conde do Casal; o bispo, monsenhor Costa Rebelo; o seu capelão e confessor, padre António Peixoto Salgado.

Hóspedes agradáveis, a 14 de Maio de 1849, foram, de resto, os quatro deputados, Rattazzi, Cornero, Rosellini e Mautino, delegados da Câmara subalpina para apresentar pessoalmente homenagem ao ex-rei. Carlos Alberto ficou particularmente comovido com a mensagem que consagrava o seu nome, glorioso e desventurado, à causa da independência italiana. Por seu lado, ele, como simples soldado, estaria sempre pronto a pegar em armas se ressurgisse a possibilidade de uma guerra contra a Áustria²⁵. E foi também gratificante receber, a 31 de Maio, a missão enviada pela outra Câmara do Parlamento, o Senado, através da delegação composta por Luigi Cibrario e Giacinto Provana di Collegno. À saudação, Carlos Alberto, vestido de fato negro e gravata branca sem decoração, respondeu solenemente: «A Nação pode ter tido príncipes melhores do que eu, mas nenhum que a tenha amado tanto. Para fazê-la livre, independente e grande, para torná-la plenamente feliz, fiz tudo o que pude, realizei com ânimo

²³ MASSABÒ RICCI, I., 1999, p. 7, carta, 26.6.1849.

²⁴ CIBRARIO, L., 1850, pp. 264-265.

²⁵ Rattazzi despediu-se de Carlos Alberto a 20 de Maio, cinco dias depois da partida dos outros delegados. A 10 de Junho de 1849, já de Casale Monferrato, o antigo ministro escrevia ao exilado: “Não falo a V. M. do estado do nosso país, porque reconheço que tal coisa agravaria as dores do generoso coração de quem está já trespassado. Tenhamos esperança num futuro mais propício! Mas consola-me poder dizer- Vos que o vosso nome soa em todos os lábios e vive no coração de todos. Não há quem não sinta quanto fez por nós e quais foram os sacrifícios que, com tanto desinteresse, suportou por nosso bem”. Cf. RATAZZI, U., 2009, pp. 85-86.

pronto e alegre todos os sacrifícios [...]. Procurei a morte e não a encontrei»²⁶.

A sorte invejada aos generais Perrone e Passalacqua, caídos no campo de batalha, chegaria, porém, demasiado cedo. Já nos primeiros dias de Maio, o cônsul Moro informava o governo sardo sobre as precárias condições de saúde do rei, devidas, a seu ver, à infeliz posição geográfica da cidade portuguesa:

“O clima frio e inconstante do Porto é-lhe altamente prejudicial; para além da tosse fortíssima, de que é continuamente atormentado, por várias vezes sofreu nos passados dias de agudíssimas dores no fígado, passadas só depois de repetidas fricções. Sua Majestade não quis até agora consultar nenhum destes médicos e vai seguindo em cada coisa o antigo método de cura: há poucos dias começou a tomar de manhã cedo leite de burra e foi obrigado a deixá-lo por causa do desarranjo que lhe produzia no estômago”²⁷.

Ao agravar-se o seu estado de saúde, foram chamados dois ilustres médicos portugueses: em primeiro lugar, o doutor Francisco d’Assis de Sousa Vaz e, depois, como apoio, o doutor Fortunato Martins da Cruz. Os dois visitavam quotidianamente o augusto doente à uma da tarde, redigindo o boletim para ser transmitido para Turim. O diagnóstico, porém, não deixava augurar nada de bom: a bronquite, a que se associava uma disenteria «de péssima índole, que poderia terminar de repente com uma perfuração dos intestinos»²⁸, provocavam um intenso estado de prostração, agravado por forte perda de sangue ocorrida durante a viagem e um considerável edema nas pernas. Os especialistas, com o consentimento do confessor, alteraram a dieta, prescrevendo carnes brancas e gelatinas animais e vegetais, acompanhadas por água com sumo de limão. Mas aqueles remédios empíricos não impediram que a doença se agravasse, como relatava Michele Canna, secretário da Casa Real, no fim de Junho:

²⁶ CIBRARIO, L., 1850, pp. 267-268.

²⁷ Relatório Moro, in COLOMBO, A., 1933, p. 623.

²⁸ CIBRARIO, L., 1850, p. 282.

“Sua Majestade está tão magro, tão débil, que faz imensa pena! Os médicos dizem que a doença é crónica e que a cura seria uma caso excepcional, de modo que há muito de que temer pelos seus dias. Temem pelas úlceras já formadas nos intestinos e o sintoma que muito os assusta são as evacuações. Agora já não sai mais sangue, mas matérias de cores tão variadas e tão pronunciadas que é muito fora do comum, e estas evacuações tresandam extraordinariamente. [...] Dizem que deveria ir embora daqui não depois de Outubro, mas que há pouco a esperar que Sua Majestade possa recuperar, para tal altura, a ponto de empreender qualquer viagem, porque não come quase nada; experimenta uma certa aversão por todos os alimentos e está com uma fraqueza tal, que ir de um quarto para outro o cansa a ponto de não poder suster-se de pé”²⁹.

No dia 30 de Junho de 1849 apresentava-se um vapor de guerra sardo na foz do Douro. Era o príncipe Eugénio de Sabóia-Carignano que chegava acompanhado pelo célebre professor Alessandro Riberi, médico pessoal da família real. Mas a presença do ilustre luminar, docente da Universidade de Turim, foi também de todo inútil. Ao longo do mês de Julho a situação foi piorando pouco a pouco e o «admirável» Riberi nada pôde fazer com a multiplicação das suas curas, para combater «virilmente e com todos os expedientes da sua arte os progressos do mal» e para “encontrar algum remédio para prolongar, pelo menos por alguns dias, uma vida tão preciosa”³⁰. As «fricções de rum» tiveram o mérito de ressuscitar «os espíritos vitais», de aumentar a pulsação, de facilitar a respiração, de fazer cessar a diarreia³¹. Mas foram só um paliativo para um quadro clínico que estava a precipitar-se, como transparece do sofrido e perturbado testemunho de Canna:

“Sua Majestade, depois de ter passado em iminente perigo o dia de quinta-feira, teve durante a noite algumas melhoras, que aumentaram ainda na sexta. A disenteria tinha, de facto, cessado; a opressão,

²⁹ CIBRARIO, L., 1850, p. 633, relatório de 24.6.1849.

³⁰ *Relazioni sulla malattia*, 1849, p. 10, carta, 26.7.1849.

³¹ *Relazioni sulla malattia*, 1849, p. 11, carta do encarregado de negócios De Launay ao Presidente do Conselho, 27.7.1849.

diminuído. Ficava a extrema fraqueza e a dificuldade de engolir, pela qual Sua Majestade não pôde tomar em todo o dia senão algumas colhe- res de água com vinho de Bordéus [...]. Depois, Sua Majestade passou agitado a noite de sexta-feira para sábado e queixou-se que o breve re- pousou tinha sido conturbado por sonhos horríveis, facto que jamais lhe tinha acontecido. Ontem de manhã, sábado, 28, Sua Majestade continuava a sentir-se melhor, a ponto de já ter podido tomar com intervalos umas duas taças de caldo, o que tinha sido para nós sinal de conforto e tinha reavivado algumas esperanças. Tendo eu recebido o correio por volta das 10, e feito imediatamente entregar a Sua Majestade a carta [...] de Sua Majestade a rainha Maria Teresa, Sua Majestade leu-a de imediato, depois pediu o seu livro de orações e leu-o por algum tempo. Cerca de um quarto de hora depois, mandou perguntar-me se eu tinha recebido de Turim alguma notícia interessante: respondi-lhe que sim, e que, por isso, pedia novamente a Sua Majestade a honra de vê-la. Disse-me que naquele momento se sentia demasiado desfalecido e que me chamaria mais tarde. Como Sua Majestade estava habitualmente deitado sobre o lado direito, e o longo decúbito já lhe tinha deteriorado o flanco e o joelho, chamei os seus camareiros por volta das duas da tarde, disse-lhes que padecia muito naquela posição e que o voltassem. Valletti e Rumiano fizeram passar delicadamente os braços sob o seu corpo, como tinham já feito tantas outras vezes, e enquanto o mudavam de posição, o rei queixou-se de uma dor aguda, que lhe penetrava até ao coração. Foi logo chamado o cav. Riberi, a quem Sua Majestade repetiu a mesma coisa, queixando-se ainda de paralisia do braço esquerdo. O cav. Riberi esfregava-lho, quan- do Sua Majestade se lamentou de uma dor que lhe chegava à cabeça, acrescentando: “a cabeça torna-se-me tão pesada... estou a morrer”. Daí a pouco, fazendo esforço para apertar a mão do cav. Riberi, disse-lhe: “Gosto muito de si, caro Riberi, mas estou a morrer”. Estas foram as suas últimas palavras. Foi então que Rumiano me foi chamar. Corri para o quarto de Sua Majestade. O augusto agonizante estava ainda plenamente consciente. O capelão administrou-lhe a Extrema-Unção, de seguida reci- tou as preces dos agonizantes, tendo diante dos olhos de Sua Majestade o crucifixo, que Sua Majestade contemplava com devoção. O cav. Riberi

continuava a fazer-lhe as fricções nas têmporas, no estômago e nos braços. A respiração tornava-se cada vez mais difícil, mas sem pieira, depois começou a diminuir e foi gradualmente enfraquecendo até que Sua Majestade, sem a menor convulsão, pacífica e santamente, tendo os olhos fixos no crucifixo, adormeceu no Senhor às 3 ½ horas da tarde”³².

Verificado o óbito pelo doutor Riberi, a chorosa «pequena família que circundava o leito de morte» retirou-se, depois de ter beijado pela última vez as mãos ao extinto monarca³³. Era o dia 28 de Julho de 1849. 127 dias depois de Novara. Difundida rapidamente pela cidade a notícia do falecimento de Carlos Alberto, começaram a chegar à vivenda *Entre Quintas* as autoridades civis, militares e religiosas do Porto. Enquanto o bispo benzia os restos mortais com a água lustral e numerosos eclesiásticos se revezavam junto do leito do defunto para a recitação das preces do rito, «os sinos da cidade tocavam lamentosos», acompanhados, a cada quarto de hora, do disparo de um canhão. O processo com o relatório da morte do ex-monarca da Sardenha foi redigido pelo ministro encarregado Eduardo De Launay e subscrito por 32 testemunhas, entre as quais as autoridades locais, o presidente da câmara municipal, os cônsules das potências estrangeiras, um par e um deputado do reino³⁴.

Às quatro da tarde de 30 de Julho, passadas 48 horas depois da morte, os restos mortais foram transferidos para a sala adjacente à capela e foram convocados para o embalsamamento o operador anatómico e professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Manuel Maria da Costa Leite, o seu colega professor Luís Pereira de Fonseca e o farmacêutico António Faustino Andrade. Enquanto o escultor Amatucci tirava do gesso a máscara do rosto de Carlos Alberto, os especialistas principiaram com as injeções de «sublimado corrosivo e aromas», para que o corpo do soberano, vestido com o fato

³² Archivio di Stato di Torino (AST), Corte, Legato I depósito, maço 46, fasc. 4, *lettera del Cav. Canna al conte di Castegnetto in cui si comunica e describe la morte del sovrano*, 23.7.1849.

³³ A cena encontra-se representada numa pintura de Malneiro, conservada no Museu Nacional do Risorgimento de Turim. O quarto onde morreu Carlos Alberto, com a decoração original, foi reconstruído na sala 15 das novas instalações. Cf. LEVRA, U., 2011, pp. 138-141.

³⁴ CIBRARIO, L., 1850, p. 289; *il Processo verbale n. 1 constatante la malattia e la morte di S. M. il re Carlo Alberto* encontra-se in *Relazioni sulla malattia*, 1849, pp. 13-18.

de Grão-Mestre da Ordem de S. Maurício e S. Lázaro e com as insígnias da Anunciada ao pescoço, não se pudesse corromper³⁵. Terminadas as complexas operações às duas da manhã de 31 de Julho, os restos mortais foram depositos sobre um leito coberto por um dossel de veludo carmesim revestido de arminho. Aos pés do féretro, sobre duas mesinhas, estavam depositos o ceptro, a coroa e as ordens cavaleirescas. Nos dois lados da câmara ardente, aberta ao público às dez da manhã, foram levantados dois altares para a celebração das missas e dos ofícios de *requiem*. Até tarde, ao anoitecer, a população do Porto, sem distinções de classe, foi admitida a «ver pela última vez o semblante de Sua Majestade»; à porta da vivenda, o pároco da igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem de Massarelos e outros três sacerdotes distribuía esmolas aos pobres. Às nove da noite, cumpridas as funções canónicas pelo capelão Salgado, a câmara ardente foi fechada para permitir aos religiosos a vigília nocturna. No primeiro de Agosto, os restos mortais de Carlos Alberto – com um barrete com plumas brancas na cabeça, a espada à esquerda e o crucifixo entre as mãos enluvadas – ficaram prontos para serem depositos no féretro de chumbo com um vidro ao nível do rosto para o deixar reconhecível. A primeira urna foi colocada dentro de uma segunda de mogno, dotada de um postigo com duas fechaduras ao nível da abertura da cara, e de uma placa de cobre com inscrições³⁶. Às cinco e meia da tarde, o pesado catafalco foi disposto por um destacamento de 12 oficiais inferiores sobre um carro triunfal em forma de trono, puxado por oito cavalos ricamente ajaezados. A triste procissão partia da vivenda em direcção à catedral paramentada de luto. Acolhido pelo bispo,

“o féretro foi levado em braços por uma rua preparada sob o arco de uma capela ardente, na qual oito colunas de ordem coríntia e a arquitrave

³⁵ *Relazioni sulla malattia*, 1849, pp. 18-20, *Processo verbale n. 2 riguardante l'imbalsamazione*.

³⁶ CARLO ALBERTO DI SAVOIA / RE ABDICATARIO DI SARDEGNA / NACQUE LI 2 OTTOBRE 1798 / SALI' AL TRONO LI 27 APRILE 1831 / ABDICO' A NOVARA LI 23 MARZO 1849 / MORI' IN OPORTO (PORTOGALLO) / LI 28 LUGLIO 1849 NELL'ETA' / D'ANNI 50 MESI 9 GIORNI 27 [Carlos Alberto de Sabóia / Rei abdicatário da Sardenha / nasceu a 2 de Outubro de 1798 / subiu ao trono a 27 de Abril de 1831 / abdicou em Novara a 23 de Março de 1849 / morreu no Porto (Portugal) / a 28 de Julho de 1849 com a idade / de 50 anos 9 meses e 27 dias].

sustentavam duas balaustradas sobrepostas, e uma pirâmide sobre a qual flu- tuavam quatro bandeiras com as cores nacionais, tendo o escudo dos Sabóias no meio. A capela, as colunas, a pirâmide, assim como a catedral, em toda a sua altura, estavam forradas de veludo e de panos negros listrados de prata.”

Terminado o responso dos defuntos, cantado e acompanhado por uma grande orquestra, o féretro de Carlos Alberto, à espera de repatriamento, foi deposto no claustro da capela de S. Vicente, para aí ser conservado durante cinquenta dias³⁷.

A comissão sarda encarregada da transladação dos restos mortais do rei, constituída pelo príncipe Eugénio de Sabóia-Carignano, pelo primeiro ajudante-de-campo Carlos Manuel Ferrero della Marmora e pelo barão Paulo Solaroli, partiu de Génova a 18 de Agosto nos navios de guerra *Goito* e *Monzanbano*. Foram precisos dezasseis dias de viagem para chegarem à meta e, a 3 de Setembro, a delegação entrou no Porto. Somente a 19 do mesmo mês teve lugar o acto da entrega, na presença dos dois comissários da corte real portuguesa, o conde de Linhares e o barão de Rilvas. A missa solene, concelebrada pelo padre Peixoto Salgado e pelo esmoler do rei Vítor Manuel II, Jerónimo Sopranis, terminou com a entrega das chaves do féretro ao representante do reino da Sardenha em Portugal para que abrisse o postigo a fim de reconhecer oficialmente o rosto «do alto e potente rei Carlos Alberto»³⁸. Concluído o triste ofício, a procissão partiu em direcção ao *Monzanbano*: as tropas da guarnição estavam alinhadas ao longo do percurso até ao porto; a abrir o cortejo, um esquadrão de cavalaria acompanhado pelas dolentes notas da banda militar da marinha sarda. Mais de 400 cidadãos com tochas acesas e fato de luto e 200 eclesiásticos tomaram parte na cerimónia, ritmada por 21 tiros de canhão. Chegada ao destino, a urna foi deposta na câmara ardente embandeirada e em forma de templete que havia sido preparada na proa do navio. Terminado o rito fúnebre com o canto *Libera me domine*, os despojos de Carlos Alberto foram transferidos para a coberta, na capela aí preparada, revestida a seda

³⁷ *Relazioni sulla malattia*, 1849, pp. 20-27, *Processo verbale n. 3*, pp. 20-27.

³⁸ CIBRARIO, L., 1850, p. 303.

e veludo negros «semeados de lágrimas de ouro». A 20 de Setembro os dois navios zarparam, chegando a Génova a 4 de Outubro. Ainda uma viagem terrestre, a última, esperava Carlos Alberto: a de volta à Basílica de Superga, panteão da dinastia. Depois das celebrações religiosas realizadas entre Agosto e Setembro por iniciativa da família real, do Parlamento, da emigração italiana, da administração de Turim, da Ordem Cavaleiresca de S. Maurício e S. Lázaro nos lugares-chave do poder saboiano – a catedral onde estava conservado o Sudário, a igreja de S. Lourenço, que recordava a vitória de S. Quintino por Manuel Felisberto, o templo da Mãe de Deus, erigido pela cidade pelo regresso de Vítor Manuel I, e a basílica magistral da Ordem Mauriziana –, a capital do reino da Sardenha esperava ansiosa a reingresso “físico” do Rei Magnânimo.

Pontedecimo, Ronco, Novi, Alessandria, Asti, Poirino e Carignano: estas foram as etapas do percurso estabelecido pela «régia comissão para a recepção em Génova e sucessivo transporte até Turim dos restos mortais de Sua Majestade Carlos Alberto». Um cortejo, regulado por um cerimonial rigidíssimo, constituído por dois batedores a cavalo que precediam, a «cinquenta passos de distância», um meio esquadrão de cavalaria, um estribeiro a cavalo, uma carruagem com quatro capelães do rei e uma segunda com o comissário, o esmoler e o primeiro ajudante-de-campo; ao centro do cortejo, o carro fúnebre de Carlos Alberto, ladeado por um destacamento da Guarda Real a cavalo comandado por um oficial; atrás, todas as outras carruagens com as pessoas que faziam «parte do cortejo», uma esquadra da tripulação da marinha «que serviu no vapor», a guarda nacional e outro meio esquadrão de cavalaria. A estas severas normas de precedência seguiam-se outras, igualmente rigorosas, dirigidas às povoações do trajeto: às tropas de carreira e à milícia nacional, que deviam render as honras militares; às autoridades civis e religiosas convidadas a «ir ao encontro» dos restos mortais do soberano, às portas das aldeias, com os sinos a dobrarem a luto; a taxativa proibição para qualquer tipo de «público espectáculo»³⁹. Decerto, nas disposições mi-

³⁹ AST, Corte, materie politiche per rapporto all'interno, cerimoniale, funerali, mazzo 5 [a inventariar] *1830-66 cerimoniale funerali*, fascicolo *Istruzioni date dalla Regia commissione pel ricevimento in Genova e successivo trasporto sino a Torino della salma di Sua Maestà Carlo Alberto*. Cf. GENTILE, P., 2004, pp. 102-106.

litares não faltaram também pontos «fora programa», como o canto fúnebre entoado por oitenta donzelas na praça de armas de Alessandria⁴⁰; mas tudo se desenrolou na mais escrupulosa ordem até à chegada a Turim, a 12 de Outubro de 1849, às duas da tarde. Também para as funções de Turim foram impressas as instruções «para as honras fúnebres» a render aos restos mortais de Carlos Alberto⁴¹. Foi estabelecido um rígido cerimonial para a «recepção civil à Porta Nova» e para as «primeiras vésperas solenes na igreja metropolitana» do primeiro dia; para a «missa pontifical», para a oração e para as «cinco absolvições» do segundo dia; para a missa pontifical, o enterro e a inumação nos subterrâneos da basílica de Superga, do terceiro dia. Turim foi transformada num teatro fúnebre, em que cada actor teve de respeitar um guião que nada concedia à espontaneidade da comoção: dos corpos do exército aos simples cidadãos «vestidos de luto rigoroso»; dos «destacamentos» de rapazes dos asilos infantis a toda a corte real; das autoridades civis de todas as ordens e graus às eclesiásticas regulares e seculares. Uma imponente cenografia para um rei que esperava «o juízo e o galardão da história». Entretanto, uma inscrição na porta da catedral convidava todos os Italianos a rezarem ao «Deus dos guerreiros e dos mártires pela grande alma do rei Carlos Alberto que tanto tinha feito e tanto tinha sofrido para conquistar para a Itália o supremo bem dos povos: a independência»⁴². A 14 de Outubro, começava a lenda de Carlos Alberto. E no percurso da laica *via crucis* do “Rei Mártir”, o Porto constituía a sua última gloriosa estação.

2. A imagem do rei: Humberto II no exílio.

«De que mais sente a falta acima de tudo?» – «Da minha pátria». Sobre o sorriso branquíssimo, dois olhos brilhantes. Assim encerrava Humberto de Sabóia a sua entrevista televisiva na transmissão “Nord chiama Sud” (“O Norte chama o Sul”), conduzida pelo jornalista Romano Bracalini. Era

⁴⁰ GENTILE, P., 2009, p. 29.

⁴¹ *Istruzioni date dalla regia commissione*, 1849.

⁴² *Istruzioni date dalla regia commissione*, 1849, p. VIII.

o dia 24 de Junho de 1976. Depois de trinta anos, os Italianos reviam, se bem que em vídeo, a imagem do seu rei, exilado em Portugal, terra triste para a Casa de Sabóia, terra que já tinha marcado o destino do avô “mártir”, Carlos Alberto. Naquele país, no extremo Ocidente da Europa, num clima de derrota, tinham-se consumado o alfa e o ómega do reino de Itália: daquele que teria querido cingir a coroa e daquele que a viu tirarem-lha.

Parecia que o tempo não podia fluir para o último rei, agrilhado à sua história, ao seu reinado, que tinha durado pouco mais do que um mês. Para além dos rumores sobre uma família desafortunada, a memória remetia sempre para aqueles dias do início de Junho de 1946, quando os Italianos decidiram criar um novo Estado com uma ordem institucional diversa, condenando para sempre a dinastia que se havia comprometido com o regime fascista e uma guerra desastrosa. A Humberto tinha tocado recolher os cacos da casa reinante mais antiga da Europa e de ouvir dirigirem-se-lhe sempre as mesmas perguntas; e as respostas eram sempre as mesmas, numa tímida, mas perseverante tentativa de defender as suas opções e de remissão das do pai. «Porque não se pôs ao lado da Itália livre, à frente das tropas italianas que combatiam com os aliados?» – «Não estava em condições de o fazer, devido à presença dos aliados e das suas comissões de controlo no nosso território»⁴³. Era esta a resposta burocrática para um acto que tinham protagonizado, ele e o pai, depois da queda de Mussolini e do armistício de 8 de Setembro de 1943: o abandono da capital e a fuga em direcção ao Sul libertado, enquanto o resto do país ficava em poder da fúria alemã. Uma ferida ainda aberta para os últimos protagonistas sobreviventes daqueles dias.

Mas, para além do resultado do conflito e das responsabilidades, em Humberto não se aplacava o tormento por ter sido vítima de uma injustiça. Tinha-o recordado uma vez mais, na proclamação lançada aos Italianos no dia em que fazia trinta anos da sua partida de Itália, a 13 de Junho de 1976. Três décadas antes tinha deixado o país «com um grito de protesto e de dor» pela injustiça sofrida com a escolha referendária republicana. Era, uma vez mais, o mito do rei mártir a insinuar-se na Casa de Sabóia: Carlos

⁴³ Um resumo da entrevista em *La Stampa*, p. 7, 25.6.1976. Cf. também as numerosas cartas dos Italianos ao rei, chegadas depois da transmissão, AST, Corte, Corte, Legato Umberto II, II versamento, mazzo 28 *lettere di ammirazione e ritagli di giornale*.

Alberto tinha deixado o reino para que o filho pudesse acordar melhores condições de paz com os austríacos; Humberto II havia sacrificado a sua coroa por um «bem comum», o de evitar uma possível guerra civil sangrenta. Mas, enquanto o último rei da Sardenha tinha aceitado com resignação o seu destino, Humberto continuava a reivindicar a iniquidade de uma escolha considerada contrária às tradições nacionais, operada por uma maioria que, se existira, fora, a seu ver, «irrelevante»⁴⁴.

Rei havia só 26 dias, na manhã de 3 de Junho de 1946, às 10 horas, o rei Humberto dirigiu-se à mesa de voto da rua Lovanio, em Roma. O ambiente não era dos mais serenos. Aos aplausos que lhe foram tributados, o presidente de uma mesa próxima – de área “comunista”, segundo o ministro da Casa Real – tinha-se manifestado mediante protestos grosseiros: «são proibidas as manifestações das partes!»; Humberto não se descompôs perante as reclamações, acompanhando-o, em contrapartida, com um pronto «justíssimo!»; depois, entrou na cabina, acometido pelos fotógrafos, para exprimir o seu próprio voto. A casa reinante, apesar da quebra de imagem sofrida, procurava ostentar tranquilidade, tranquilizada pelas mensagens do presidente do Conselho, o democrata cristão Alcide De Gasperi, que tomara posse do cargo em 10 de Dezembro de 1945. Antes de se dirigir às urnas, o rei tinha tido um encontro precisamente com o chefe do governo, que dava como certa a vitória da monarquia⁴⁵. Mas a estrada, para Humberto, era toda em escarpa. Muitos eram os indícios contra a coroa, a partir do próprio partido do presidente do Conselho, a Democracia Cristã, que, no Congresso de 29 de Abril de 1946, tinha acolhido a moção de Achille Piccioni para uma preferência pela opção republicana. Os Italianos já tinham então expresso a sua tendência nas eleições autárquicas, realizadas no país em cinco voltas, de 10 de Março a 7 de Abril: 2.271 comunas tinham acabado nas mãos dos sociais-comunistas; 2.000 dos demo-cristãos; 99 dos liberais. A Igreja, depois, na pessoa de Pio XII, mais do que pela questão institucional, tinha-se interessado sobretudo em evitar que a Itália se

⁴⁴ AST, Legato Umberto II, II versamento, mazzo 20 *messaggi inviati agli italiani da Re Umberto II (1966-1979)*.

⁴⁵ LUCIFERO, F., 2002, p. 544, 3.6.1946.

tornasse um «Estado materialista sem religião e sem Deus». Se, no mês precedente ao referendo, na Sardenha, Sicília e em Nápoles, o rei Humberto fora acolhido triunfalmente, no Norte o entusiasmo cedo se tinha reduzido: tépidos aplausos em Turim, leve contestação em Veneza, insultos em Génova, hostilidade em Milão⁴⁶. Neste clima se realizou o referendo entre 2 e 3 de Junho. Passaram-se horas confusas naqueles dois dias. À tarde, terminada a consulta e encerradas as mesas de voto, começou a espalhar-se «um optimismo exagerado, com notícias de percentagens óptimas de províncias e cidades». Na manhã de 4 de Junho, apesar de alguns jornais de esquerda trazerem dados relativos ao referendo com um leve desvio em desfavor da monarquia, De Gasperi confortava Falcone Lucifero, ministro da Casa Real, como *rebus sic stantibus* não se pudesse considerar possível a vitória da república auspiciada pelo ministro do Interior, o socialista Giuseppe Romita⁴⁷.

Mas o impossível tornou-se possível. À medida que as horas passavam e chegavam os resultados dos apuramentos do Centro-Norte, a situação começou a virar-se e a agravar-se para a monarquia. Às 21, De Gasperi chamava Lucifero ao telefone. Era o fim. 28.903 secções tinham sido apuradas: a república havia obtido 10.066.487 votos; a monarquia, 8.134.364 votos. Ficavam ainda por esperar os resultados de cerca de sete mil mesas, mas mesmo que os votos tivessem sido todos a favor da Coroa, o resultado não teria mudado. Pousado o auscultador, a Falcone Lucifero, «com o coração apertado», cabia a ingrata função de se dirigir ao rei a anunciar a derrota definitiva da Casa de Sabóia. Humberto tomava conhecimento do resultado com serenidade, tendo só «palavras amargas para com os aliados». O problema agora era o de impedir a divulgação da notícia, para que os jornais não comprometessem a actividade do Supremo Tribunal de Justiça, a quem tinha sido solicitada a função da proclamação final do resultado do referendo⁴⁸. Mas foram esperanças vãs.

No Quirinal, na manhã de 5 de Junho, o susto tinha tomado o lugar da euforia das primeiras horas. Muitas empregadas do ministério da Casa Real

⁴⁶ SPERONI, G., 2004, pp. 289-297.

⁴⁷ SPERONI, G., 2004, a carta é reproduzida nas tábuas fora de texto.

⁴⁸ LUCIFERO, F., 2002, pp. 544-545, 4.6.1946.

foram vistas com lágrimas. O ministro Lucifero, abandonando-se a um melancólico «correu mal!», tinha começado a distribuir aos funcionários e empregados, que se haviam distinguido na propaganda, recompensas, jóias com o monograma ‘U’ de “Umberto”, fotografias autógrafas do rei. Às primeiras luzes da madrugada, o ministro tinha dados instruções para se esvaziarem as caixas-fortes da tesouraria, incluindo a que continha as jóias da coroa, e para se queimarem na cozinha grande do palácio diversos fascículos reservados do arquivo. Os contínuos do palácio real foram vistos a circular pela rua do Quirinal «carregados como burros» de «papelada» e o Romanos não puderam senão «troçar» da desmobilização em curso. Muitos empregados tinham, pois, já abandonado as secretárias, enquanto alguns oficiais da casa militar se encontravam já em fatos civis.

Na desordem da debandada geral, às 10,30, De Gasperi foi recebido em audiência por Humberto. Depois de ter entrado no gabinete do rei, o presidente abriu a pasta e dela retirou algumas folhas, declarando comovido: «Majestade, o trabalho de apuramento levou à verificação de uma considerável maioria a favor da república. Não lhe escondo que o primeiro a ser dolorosamente atingido sou eu»⁴⁹. Acolhida a notícia «com absoluto domínio de si»⁵⁰, o primeiro pensamento de Humberto foi o de organizar a partida da rainha Maria José – «alta e real, composta e com um triste sorriso»⁵¹ – e dos quatro filhos. Às 15, duas viaturas deixavam o Quirinal para o aeroporto de Ciampino, com destino a Nápoles, onde, no dia seguinte, a família partiria no cruzador *Duca degli Abruzzi* em direcção a Portugal. Postos em segurança mulher e filhos, o rei procedeu ao depósito das jóias da coroa no Banco de Itália, não sem antes ter feito fotografar cada objecto individual contido no estojo de 1886, com divisões sobrepostas, forradas de veludo azul⁵².

Esgotadas as incumbências no que respeita aos afectos e aos efeitos, para os fiéis de Humberto tratava-se agora de fazer sair de cena o rei do modo mais digno possível. Na reunião dos chefes de partido, tinha-se expresso o

⁴⁹ MUREDDU, M., 1978, pp. 242-243.

⁵⁰ *La Nuova Stampa*, p. 1, 6.6.1946.

⁵¹ CASTELLANI, A., 1961, p. 139.

⁵² MUREDDU, M., 1978, p. 244.

propósito de não dar lugar a manifestações de qualquer espécie antes da proclamação dos resultados definitivos. Mas às 15,45, Romita tinha tido no Viminal uma apinhada conferência de imprensa. Se bem que o ministro tivesse afirmado que não havia «nem monarquia, nem república, mas somente Itália», o resultado foi que, na manhã de 6 de Junho, os jornais saíram com a manchete da vitória da república, gerando as inevitáveis consequências⁵³. Fora do Quirinal, ao abrigo das longas mangas do palácio, reuniram-se, comandadas por uma velhota miúda «franzina e enrugada, mas chamejante», uma centena de «mulherezinhas» desesperadas aclamando o rei: as «viúvas de Humberto», segundo o sarcástico Lucifero⁵⁴. Mas nos dias sucessivos, a “celere” (Polícia do Estado) viu-se obrigada a afastar a golpes de bastão centenas de manifestantes monárquicos reunidos em diversas partes da capital⁵⁵. Noutros lugares, como em Nápoles, a notícia da queda da monarquia tinha sido acolhida pelo prefeito com viva preocupação, pelas possíveis desordens que se poderiam verificar. E embora às 13 horas de 7 de Junho fosse difundido um apelo do rei para a abstenção em qualquer tipo de manifestação, na cidade partenopeia o conflito entre forças da ordem e monárquicos provocou onze mortos, nove civis e dois polícias⁵⁶. Tinha começado a transpirar a notícia das possíveis fraudes denunciadas pelo presidente da União Monárquica italiana Túlio Benedetti ao almirante norte-americano Ellery Stone, chefe da comissão aliada de controlo⁵⁷. A vontade de Enzo Selvaggi – director do diário *Italia Nuova* e secretário do Partido Monárquico Democrático Nacional – e de um grupo de juristas da Universidade de Pádua para tentar um recurso escrito contra o resultado da consulta referendária e contra a constituição de um governo republicano

⁵³ *La Nuova Stampa*, p. 1, 6.6.1946. Na reunião, participaram os chefes das forças presentes na lista ao colégio único nacional: Nenni, Romita, Saragat e Lombardo, pelos socialistas; Scoccimarro pelos comunistas; Piccioni e Spataro, pelos democratas cristãos; Arpesani e Cas-sandro, pelos liberais; Cevolotto e Lordi, pelos demo-trabalhistas; Cianca e Schiavetti, pelos accionistas; Selvaggi e Bencivenga, pelo bloco nacional da liberdade; Granata e Gallo, pela concentração democrática republicana; Giannini pela frente do *Uomo Qualunque*. Foram convidados também Di Vittorio e Lizzadri, da Confederação Geral do Trabalho.

⁵⁴ MUREDDU, M., 1978, p. 245.

⁵⁵ *La Nuova Stampa*, p. 1, 8.6.1946.

⁵⁶ SPERONI, G., 2004, pp. 304-307.

⁵⁷ *La Nuova Stampa*, p. 1, 9.6.1946.

provisório, sobrepunha-se à tensão altíssima fomentada pelo atraso do Supremo Tribunal de Justiça na verificação dos mais de trinta mil relatórios⁵⁸. Mas a tentativa, que tinha o mal-encoberto objectivo de ganhar tempo e de desvalorizar a vitória republicana, apelando para o facto de não terem sido contabilizados para o resultado final os boletins brancos e nulos, não fez mais do que acelerar de modo inábil a acção governativa para a proclamação, a todo o custo e o mais depressa possível, dos resultados – o que aconteceu com dois dias de atraso, às 18 horas de 10 de Junho de 1946, na sala da Loba de Montecitorio: 12.672.767 votos pela república; 10.688.905 para a monarquia. Mas na reunião presidida por Pagano, só foram proclamados os resultados parciais, à espera das apreciações dos protestos, contestações e reclamações⁵⁹. O que deixou todos os presentes com a dúvida se a república tinha nascido ou não⁶⁰.

Começou naquele momento o duríssimo braço de ferro entre De Gasperi e Humberto. De um lado, o primeiro-ministro pressionava para obter a transferência dos plenos poderes; do outro, o soberano estava decidido a vincular o seu exílio só e exclusivamente ao veredicto definitivo do Supremo Tribunal de Justiça, previsto para 18 de Junho. Numa situação transitória pouco definida e muito perigosa, o conselho de ministros tomou a iniciativa de cortar o mal pela raiz, difundindo à nação um seco comunicado:

“O conselho de ministros tomou conhecimento da proclamação dos resultados do referendo, feita de acordo com a lei do Supremo Tribunal de Justiça, que assegura a maioria à república [...]. O conselho confia no civismo de todos os Italianos e apela ao país, que se manifestou na sua maioria republicano, porque consciente da sua força e do seu bom direito, não se preste a provocações de elementos facciosos, na certeza de que ninguém poderá arrebatar-lhe a vitória alcançada na legalidade da consulta popular, da qual o governo permanece inteiramente garante”⁶¹.

⁵⁸ SPERONI, G., 2004, pp. 301-302.

⁵⁹ Os resultados finais foram: República: 12.718.641 (54,3%); Monarquia: 10.718.502 (47,7%). Cf. RIDOLFI, M., e TRANFAGLIA, N., 1996, p. 235. Para as razões monárquicas, MOLA, A.A., 2006.

⁶⁰ MUREDDU, M., 1978, pp. 245-246.

⁶¹ *La Nuova Stampa*, p. 1, 11.6.1946.

Para o governo de De Gasperi, a república tinha nascido. Lida a mensagem, Humberto II convocou de imediato os seus mais fiéis colaboradores para uma reacção. Afastadas diversas hipóteses, na esperança de um improvável chamamento, foi decidido que o rei deixasse o país depois de ter difundido uma proclamação de protesto. Às três da tarde de 13 de Junho de 1946 teve lugar o triste adeus de Humberto ao Quirinal, de que foi testemunha ocular o ministro da Casa Real:

“Às 15, dirijo-me ao Quirinal com Visconti Venosta, Bergamini, Selvaggi e Colli. Quando entrámos no pátio, o rei estava a descer as escadas e dirigia-se ao jardim. Passeámos para a frente e para trás: quando lhe digo que disponha de mim livremente, comovo-me: toma-me pelo braço. Depois dirigimo-nos para o palácio: debaixo do alpendre há dois motoristas a chorar; agradece-lhes e abraça-os. Na primeira sala, os amigos políticos, primeiro Roberto Lucifero, que repete baixinho: “Não parta, não parta, não parta”, fixando-o nos olhos. Muitos beijam-lhe a mão. Ele abraça alguns, entre os quais Selvaggi, que está comovido. Junto da vidraça, estão alinhados numerosos elementos do pessoal, muitos em fato e casaca de trabalho. A muitos aperta-lhes as mãos, põe as mãos sobre os ombros de outros: alguns choram e beijam-lhe a mão. Depois é a vez dos funcionários e de alguns empregados [...]. Saímos do pátio, onde estão alinhados os couraceiros [Guarda de Honra] que lhe rendem as honras. Aperta a mão aos oficiais, agradece a todos. Os couraceiros oferecem-lhe uma bandeja de prata: é redonda e leva gravada muitas inscrições [...]. Metemo-nos no automóvel: eu ao lado dele. Quando chegamos à guarda alinhada, ele desce e passa-a em revista. Saúdam-no com o grito “Viva o rei!”. Saímos do portão principal: sobre a capota, flutua o galhardete real. Alguns reconhecem-no e saúdam-no. Da torrezinha do Quirinal, é arreada a bandeira com o brasão e a coroa: são 15,30”⁶².

⁶² LUCIFERO, F., 2002, p. 556, 13.6.1946.

Uma cena quase cinematográfica, que vale a pena citar também na outra versão, não menos eficaz, do funcionário da Casa Real, Mateus Mureddu, acusado por Lucifero de simpatias republicanas⁶³:

“São 15 horas de 13 de Junho de 1946. O céu baixo anuncia temporal. O pessoal do palácio reuniu-se na antecâmara da “Vidraça” [...]. O rei entra em companhia de Lucifero. Está envelhecido, calvo, tenso. Tem o mesmo fato cinzento, um tanto descurado, que traz já há vários dias. Silêncio sepulcral, intensa comoção. A alguns humedecem-se os olhos. Humberto aperta a mão a cada um, depois desce os degraus e vai directamente até ao meio do pátio de honra, onde o comandante do esquadrão Riario Sforza alinhou os couraceiros em pequeno uniforme. Riario ordena a saudação ao rei. Responde um grito possante, que ressoa no ar sufocante: “Viva o rei!”. Humberto abraça o comandante, estende a mão aos outros dois oficiais e depois saúda o tenente dos granadeiros que monta a guarda ao palácio. Sobe, de seguida, para o automóvel “Astura”. Ao seu lado sentou-se Falcone Lucifero, e Infante ao lado do condutor. Às 16 em ponto [sic], a viatura real parte, seguida de outras quatro [...]. Enquanto o cortejo está para atravessar o portão, chega de corrida, ofegante, de Manicalunga, Alexandre Moneta. Soube com atraso da partida de Humberto. Ele é o secretário da guarda milanesa, atirador da Grande Guerra, medalha de prata de valor militar e terceiro franciscano, que, em 1939, quando Acquarone quis que a bandeira nacional fosse içada em cima da torrezinha do Palácio, de modo que flutuasse por cima da antiga cruz, tinha vaticinado o castigo do céu. Detém-se no ângulo do pórtico, diante do portão do jardim, estende o braço em direcção ao rei que se afasta, como para o deter, e grita, entre os soluços: “Majestade!... Majestade!...”⁶⁴.

Às 16,07 horas, o quadrimotor “Savoia Marchetti 95”, pilotado pelo capitão Manlio Lizzani, irmão do célebre realizador Carlos, levantava voo para Portugal. O soberano, agora conde de Sarre, entre as lágrimas, via Roma

⁶³ LUCIFERO, F., 2002, p. 562, 29.6.1946.

⁶⁴ MUREDDU, M., 1978, pp. 254-255.

afastar-se num véu cinzento de chuva⁶⁵. Em Itália, ficava apenas um pedaço de papel a denunciar «o grito revolucionário», unilateral e arbitrário, de um governo desdenhoso da lei e do poder independente e soberano da magistratura. A Humberto tinha-se imposto uma escolha dramática: ou derramar sangue ou ser vítima da violência. Posto naquela pungente alternativa, o soberano tinha deliberado deixar o solo do país «na esperança de resguardar os Italianos de novos lutos e novas dores»⁶⁶.

A chegada a Lisboa de Humberto não podia ser mais triste. O avião, depois de ter feito escala em Barcelona e Madrid, aterrou às 13h18m de 14 de Junho. Chegado de improviso, foram esperar o rei, «de aspecto muito carregado», só o ministro de Itália, Rossi Longhi, o cônsul, conde Nigro, e o adido da Força Aérea. Nenhuma autoridade portuguesa prestou homenagem ao conde de Sarre. Foram avisadas demasiado tarde. Depois de almoço, no primeiro dia, teve lugar a reunião da família na vivenda da Quinta da Bela Vista, na localidade da Piedade, uma aldeia nos arredores de Sintra⁶⁷. A casa, bela e imponente, mas em péssimas condições devido à humidade e desprovida de energia eléctrica, tinha sido posta à disposição pela duquesa de Cadaval⁶⁸. Na sua nova condição, Humberto tentou adaptar-se de imediato. Poucos dias depois da sua chegada, retomava a pena e escrevia a Lucifero, a referir quanto o país era belo e todos muito corteses, do presidente ao hortelão, a hospitalidade afectuosa, a casa muito simpática e o jardim belíssimo. O único defeito residia no substancial isolamento: «A 30 km da cidade! Um tanto demais!»⁶⁹.

Na Itália republicana, ficou o interesse pela sorte de Humberto e da família. Logo a 26 de Julho de 1946, em *La Stampa*, de Turim, saía o curioso artigo de uma jornalista portuguesa que, fingindo-se criada, tinha conseguido “espionar” o serviço familiar dos Sabóias. Uma vida absolutamente simples, a dos ex-reis de Itália: pequeno-almoço às oito, com café,

⁶⁵ BERTOLDI, S., *L'addio di Umberto in lacrime quel pomeriggio del 13 giugno '46*, in “Corriere della Sera”, 12.7.2002.

⁶⁶ *La Nuova Stampa*, p. 1, 14.6.1946.

⁶⁷ *La Nuova Stampa*, p. 1, 15.6.1946.

⁶⁸ CASTELLANI, A., 1961, p. 142.

⁶⁹ SPERONI, G., 2004, p. 315.

manteiga e o tradicional pão escuro português; o almoço à uma; as tardes de Humberto e Maria José, passadas inteiramente à secretária, a escrever cartas, até ao momento da chegada dos mordomos com os candelabros de velas, devido à falta de luz; a agitação à volta de uma velha fonte, tendo em conta a falta de água corrente; o jantar servido às oito em ponto. Humberto achou divertido o episódio da enviada incógnita, tanto que lhe concedeu uma das primeiras entrevistas, com a condição de não se falar de política. O rei confessava quanto lhe agradava Portugal⁷⁰.

Foi, depois, ao jornalista e escritor racconigês Carlos Maria Franzero que Humberto concedeu as primeiras declarações públicas. O enquadramento doméstico, na Primavera de 1947, tinha, porém, mudado completamente. Já não era a vasta moradia nos arredores de Sintra, distante de qualquer centro habitado e quase sempre envolta em brumas, mas a vivenda do Baluarte em Cascais, arrendada pelo conde de Monte Real, à esquina da avenida D. Carlos I, que dava para o porto. Uma casa agradável, se bem que modesta. De tal modo modesta, que não permitia hospedar as poucas pessoas da corte, alojadas separadamente, ali a cem passos. Três pequenos salões no rés-do-chão decorados em estilo manuelino; uma sala de jantar circundada por um terraço com vista sobre o mar; no piso superior, os quartos de dormir, o seu, o da mulher e os dos filhos; tudo rodeado por um patiozinho «rectangular e desenhado com um jardimzito com uma fonte, e tudo cingido por um porticozinho de colunas elegantes, calmo e fresco, como um claustro». Apesar de não ter de acompanhar negócios de Estado, Humberto continuava a seguir uma vida metódica e precisa: a leitura dos jornais da manhã e o despacho da densíssima correspondência proveniente de Itália; as “audiências” a conceder e as visitas a efectuar a outros amigos exilados; o jantar íntimo e as leituras à mulher, vítima de uma lesão nos nervos ópticos. Às 10 da noite, vestido com um fato de flanela cinzento e sem chapéu, Humberto permitia-se dar uma pequena passeata pela pitoresca estrada costeira de Cascais ao Estoril. Foi numa dessas ocasiões que teve condições de «se confessar» ao conterrâneo Franzero (Humberto tinha nascido em Racconigi, a 15 de Setembro de 1904): a guerra que deveria

⁷⁰ *La Nuova Stampa*, p. 1, 26.7.1946.

ter acabado depois da queda do fascismo; a abdicação tardia do pai; Mussolini, que deveria ter sido entregue de imediato às mãos dos aliados⁷¹.

Quando, no Verão de 1949, Humberto encontrou Giovanni Artieri, o homem que viria a ser um dos maiores biógrafos e entrevistadores seus⁷², algumas coisas tinham mudado, outras não. A casa já não era a mesma. Agora arrendava uma propriedade pertencente a uns portugueses ricos, a família Pinto Basto, próximo da luxuosíssima vivenda do banqueiro Ricardo Espírito Santo. Doze divisões numa costa escarpada sobre o oceano, «entre escolhos e pedras erráticas, ervas selvagens, tamargueiras, figueiras e pinheiros marítimos». Uma vivenda imersa numa «paisagem druídica», a Boca do Inferno, batida pelo vento e pelas correntes marítimas:

“Ali corre uma estrada asfaltada, perdida ao longo de colinas e rochedos, vivendas isoladas, casas e cabanas de pescadores, terminando num areal imenso e solitário, chamado o Guincho. Diante, nada mais há do que o Atlântico aberto com aquela sua imensidade, angustiante por não se poder imaginar outra costa mais próxima do que aquela, longíssima, da América. [...] Sobre os rochedos da Boca do Inferno existia antigamente um presídio legionário, cujos vestígios ainda restam numa localidade chamada “Campo dos Romanos”. Encontrava-se nos confins do mundo conhecido na Antiguidade e já fora das Colunas de Hércules, certamente considerado como uma última Tule nesta parte do Império. Essa memória ainda está viva na linguagem dos pescadores de sardinhas da aldeia de Cascais, porque esta costa onde habita Humberto de Sabóia é chamada *o fim do mundo*”.

Agora Humberto vivia só com as três filhas. Maria José tinha decidido mudar-se para Merlinge, nos arredores de Genebra, levando consigo o herdeiro Vítor Manuel. Ao lado do soberano, ficava fiel a pequena corte: o marquês Carlos Graziani di Borgo di Sansepolcro, durante dez anos mestre-de-cerimónias no Quirinal; o médico pessoal Aldo Castellani; o secretário particular Mário Castellani, gravemente mutilado da guerra. No escritório da

⁷¹ *La Nuova Stampa*, p. 3, 8.5.1947.

⁷² ARTIERI, G., 1959; ARTIERI, G., 1983.

correspondência, o general Graziani trabalhava de manhã à tardinha, coadjuvado por Óscar Cicinato, um ex-agente da polícia. As incumbências do quotidiano eram preenchidas pelo pessoal de serviço: o senhor Ernesto Turconi, camareiro pessoal do conde de Sarre e a mulher, empregada do serviço doméstico; o senhor Tregati, responsável pelo serviço de antecâmara e de mesa; dois motoristas, Polveriggiani e Maurino; a cozinheira, portuguesa. Ao lado das filhas, a inseparável ama irlandesa “Missie” e a preceptora, a marquesa Maria Luísa Pallavicini. O reservado Humberto, em contraste com a mundana Maria José, tinha-se integrado naquele recanto de Portugal:

“A simplicidade e, num certo sentido, a severidade da vida de Humberto tocaram a imaginação dos pescadores da Costa. É uma gente romântica, veste como as personagens dos “Pecheurs d’Islande”, de Pierre Loti, as mãos cobertas de escamas de sardinhas e sempre brilhantes, como se estivessem enfiadas em luvas de malha de prata. Humberto de Sabóia *el-rei de Itália* passou a fazer parte do seu património de fantasia, com D. Manuel, o rei Carlos Alberto e D. Miguel de Bragança. Tiram-lhe respeitosamente o barrete de tela encerada, quando ele passa, atravessando os grandes declives e escarpas esparsas de rochedos e ervas selvagens, lugares adequados à cena das bruxas do “Macbeth”, sacudidas pelo vento do Atlântico, que assobia no Verão e no Inverno – dizem os Portugueses – a rouca canção do gigante Adamastor”⁷³.

Um herói romântico, este Humberto de Sabóia saído da pena de Artieri. Inflexível, o rei continuava, porém, a levar uma vida regular, longe de alentos patéticos. Madrugador como o pai (e como todos os antepassados), passava horas na companhia de Graziani e Castellani a despachar a copiosíssima correspondência que chegava todos os dias à *villa Italia*. Depois, as audiências concedidas a todos os Italianos, «sem restrições», que chegavam à porta, as leituras, a natação no oceano e as passeatas até àquele campo dos Romanos, onde tinha tido modo de encontrar cinco ou seis moedas de Tibério, dadas à Casa da Moeda de Lisboa, juntamente com um exemplar do *Corpus Nummorum*, a ciclópica obra paterna de numismática.

⁷³ *La Nuova Stampa*, p. 3, 5.8.1949.

Nas peregrinações por aqueles lugares selvagens, ia sempre só: a sua escolta, um gordito guarda de alfândega da República Portuguesa, não conseguia acompanhá-lo de perto; esperava-o sentado numa rocha, muitas vezes escondido, para que Humberto não o visse ofegante e suado. O conde de Sarre preferia a sobriedade (à mesa, dois pratos e um copo de vinho, duas chávenas de café, no máximo) sem renunciar, todavia, à mundanidade: concertos, exposições, o melancólico *fado*, as incruentas touradas portuguesas. Mas depois voltava sempre à *villa Italia* para se ocupar da preciosa biblioteca, do arquivo histórico de família, das pesquisas iconográficas sobre o Sudário e sobre a dinastia, do amado e distante país. Continuamente seguiam as mensagens e obras de beneficência de Humberto, de Portugal para Itália, por ocasião de calamidades nacionais: o terramoto de Calábria de 1947 ; o de Rieti, de 1949; a erupção do Etna, de 1950; as inundações do território de Ferrara, em 1951; o aluvião em Polesine, no mesmo ano; o desabamento de Caselle, na província de Modena, em 1953... Todos eles, acontecimentos cujo interesse por parte do rei foi testemunhado pelo fiel Lucifero. Numerosas foram, depois, também as comunicações às formações políticas monárquicas, como o Partido Nacional Monárquico e a União Monárquica Italiana⁷⁴.

Em 1960 teve lugar a mudança para segunda *villa Italia*, desta vez de propriedade própria, adjacente à primeira. Henrique Emanuelli, grande nome do jornalismo italiano, foi um dos primeiros a visitar a nova casa «fresca ainda de verniz»:

“A nova *villa Italia* lembra certas residências oitocentistas francesas, entre a cidade e o campo, mas foi desenhada por Rebecchini, um arquitecto italiano. De belas proporções, feita com materiais nobres, mas não faustosos, simples na decoração, não intimida o visitante e é acolhedora. Não é, decerto, uma das modernas construções de Cascais, que fica a meia hora de automóvel de Lisboa, ao longo do litoral a que os Portugueses chamam Costa do Sol e onde as velhas aldeias de pescadores estão a desaparecer, esmagadas pelas vivendas ou pelas casas, nas quais vivem

⁷⁴ LUCIFERO, F., 1966.

ricos ou nobres franceses, espanhóis, ingleses, portugueses, formando uma sociedade cosmopolita, mas quase invisível. Há um restaurantezinho à moda, frequentado também por Humberto e pelo duque de Bragança ou pela condessa de Barcelona. Os proprietários são uma francesa e um dinamarquês, orgulhosos da sua insígnia “Os três porquinhos”.

E assim tinham lugar as “audiências reais”:

“Quem desejar ver Humberto, deve dirigir-se ao conde de Vigliano, que mora numa casinha na estrada mais silenciosa de Cascais. Por telefone, ele vos dirá a que hora vos deveis apresentar e ele estará numa sala do rés-do-chão para vos receber e vos apresentar. Não sei se é sempre assim, mas nas minhas visitas a Humberto, deu-me a impressão de que ele desfruta bem do tempo: enquanto entrais, no preciso momento em que atravessais a soleira, ele dá um passo na vossa direcção, um somente, que deve efectuar quando ouve anunciar o vosso nome pelo conde de Vigliano. Humberto é um belo homem maduro, mas de aspecto jovem. Deve cuidar muito de si e conhece o segredo de se mostrar como se estivesse sempre com a barba recentemente feita. Aperta-vos a mão, senta-se numa poltrona, faz-vos sinal para vos sentardes num sofá e, assim, ficais com o ex-rei à vossa esquerda. Durante muitos anos, milhares de Italianos passaram a saudá-lo, levados por sentimentos de devoção ou de simples curiosidade. Naquela sala de espera, aconteceu-me ver um nosso ex-embaixador, um conde de Turim, dois nobres romanos, um casal de noivos genoveses. [...] Quando recebe e se senta na poltrona, com o visitante no sofá à sua esquerda, ele tem ao lado uma mesinha com um bonito relógio oitocentista francês. Ninguém se apercebe, mas Humberto deve tê-lo debaixo de olho. A um certo ponto, com um tom de estranha e solícita cortesia, diz: “Penso que agora deseja sair”. Levanta-se e dá ainda um passo, um somente, para vos acompanhar até à porta, mas dá a sensação de que vos segue até à soleira. Um livro de registos sobre a mesa, na antecâmara vigiada por um tipo que tem todo o ar de ex-marechal da guarda, pode ainda recolher a vossa assinatura”⁷⁵.

⁷⁵ *La Stampa*, p. 3, 12.6.1960.

Foram 37 os anos de exílio. Apesar da ligação ininterrupta com Portugal, Humberto, sem jamais ter voltado a ver o seu país natal, devido às alíneas primeira e segunda da 13ª disposição transitória e final da Constituição republicana⁷⁶, faleceu no hospital cantonal de Genebra às 15h35m de 18 de Março de 1983. Foi sepultado na Abadia de Hautecombe, sobre o lago de Bourget, nos arredores de Chambéry⁷⁷. Tinha estabelecido por testamento que os documentos históricos em sua posse conservados na *villa Italia* fossem entregues «em regime de plena propriedade ao Arquivo de Estado de Turim», com a única restrição de acessibilidade aos documentos datados depois de 4 de Novembro de 1918. A comissão constituída para o levantamento do importante património teve, porém, de registar, em Cascais, a quase total ausência da «documentação histórica respeitante ao reinado de Sua Majestade Vítor Manuel III, a lugar-tenência, o reinado e o exílio de Sua Majestade Humberto II». O arquivo novecentista da Casa de Sabóia tinha desaparecido misteriosamente⁷⁸. Os estudiosos, ainda hoje, continuam na esperança de que uma parte importante da História de Itália não se tenha irremediavelmente perdido.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Archivio di Stato di Torino, Corte, Legato Umberto II, I versamento, mazzo 46, fasc. 4.

Archivio di Stato di Torino, Corte, materie politiche per rapporto all'interno, cerimoniale, funerali, mazzo 5 [da inventariare], *1830-66 cerimoniale funerali*, fascicolo *Istruzioni date*

⁷⁶ «I membri e i discendenti di Casa Savoia non sono elettori e non possono ricoprire uffici pubblici né cariche elettive. Agli ex re di Casa Savoia, alle loro consorti e ai loro discendenti maschi sono vietati l'ingresso e il soggiorno nel territorio nazionale» [“Os membros e os descendentes da Casa de Sabóia não são eleitores e não podem desempenhar funções públicas, nem ocupar cargos electivos. Aos ex-reis da Casa de Sabóia, às suas consortes e aos seus descendentes masculinos estão vedados o ingresso e a estada em território nacional”]. Estas alíneas foram abolidas com a lei constitucional de 23.10.2002, n. 1.

⁷⁷ REGOLO, L., 1998, p. 599.

⁷⁸ MASSABÒ RICCI, I., 1996, pp. 333-344.

dalla Regia commissione pel ricevimento in Genova e successivo trasporto sino a Torino della salma di Sua Maestà Carlo Alberto.

Archivio di Stato di Torino, Corte, Legato Umberto II, II versamento, mazzo 28, *lettere di ammirazione e ritagli di giornale.*

Archivio di Stato di Torino, Legato Umberto II, II versamento, mazzo 20, *messaggi inviati agli italiani da Re Umberto II (1966-1979).*

Fontes impressas

AZEGLIO, Costanza (1996), *Lettere al figlio (1829-1862)*, a cura di MALDINI CHIARITO, Daniela, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano.

CASTELLANI, Aldo, (1961), *Tra microbi e Re*, Milano, Rusconi e Paolazzi Editori.

Istruzioni date dalla regia commissione per gli onori funebri da rendersi in Torino alla spoglia del Re Carlo Alberto (1849), Torino, Tipografia Nazionale.

LUCIFERO, Falcone, (1966), *Il pensiero e l'azione del re Umberto II dall'esilio 13 giugno 1946 – 31 dicembre 1965*, Milano, Rizzoli.

LUCIFERO, Falcone, (2002), *L'ultimo re. I diari del ministro della Real Casa 1944-1946*, a cura di LUCIFERO, Alfredo e PERFETTI, Francesco, Milano, Mondadori.

MUREDDU, Matteo, (1978), *Il Quirinale del Re*, Milano, Club degli editori.

RATTAZZI, Urbano (2009), *Epistolario (1846-1861)*, a cura di ROCCIA, Rosanna, Roma, Gangemi.

Relazioni sulla malattia, morte e trasporto della salma e sulle esequie celebrate a Sua Maestà il Re Carlo Alberto (1849), Torino, Crivellari.

Jornais

La Nuova Stampa, 6 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 8 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 9 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 11 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 14 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 15 giugno 1946.

La Nuova Stampa, 26 luglio 1946.

La Nuova Stampa, 8 maggio 1947.

La Nuova Stampa, 5 agosto 1949.

La Stampa, 12 giugno 1960.

La Stampa, 25 giugno 1976.

Corriere della Sera, 12 luglio 2002.

Estudos

- ARTIERI, Giovanni, (1959), *Il Re. Colloqui con Umberto II*, Milano, Edizione del Borghese.
- ARTIERI, Giovanni, (1983), *Umberto II e la crisi della monarchia*, Milano, Mondadori.
- BRIGNOLI, Marziano (2007), *Carlo Alberto ultimo re di Sardegna 1798-1849*, Milano, Franco Angeli.
- CIBRARIO, Luigi (1850), *Ricordi d'una missione in Portogallo*, Torino, Stamperia Reale
- COLOMBO, Adolfo (1933), *Carlo Alberto ad Oporto secondo nuovi documenti*, "Rassegna storica del Risorgimento Italiano", fasc. III.
- GAMALERO, Lorenzo (1850), *Itinerario del re Carlo Alberto da Novara a Oporto*, Torino, Zecchi e Bona.
- GENTILE, Pierangelo (2004), *La salma di Re Carlo Alberto a Novi. Il rapporto dell'intendente al ministro: questioni di onore, distinzioni di rango e senso del dovere* in "Novinostra", n. 1
- GENTILE, Pierangelo, *Alessandria nel decennio di preparazione*, in CASTRONOVO, Valerio (2009), *Alessandria dal Risorgimento all'Unità d'Italia*, Alessandria, Fondazione Cassa di Risparmio di Alessandria, vol. II.
- LEVRA, Umberto (2011), *Il Museo Nazionale del Risorgimento Italiano di Torino*, Milano, Skira.
- MASSABÒ RICCI, Isabella (1996), *L'archivio dei re d'Italia depositato presso l'archivio di Stato di Torino*, in "Cheiron", nn. 25-26.
- MASSABÒ RICCI, Isabella (1999), *L'epistolario di un re. Carlo Alberto a Maria di Robilant*, Torino, UTET.
- MOLA, Aldo, (2006), *Declino e crollo della monarchia in Italia*, Milano, Mondadori.
- REGOLO, Luciano, (1998), *Il re signore. Tutto il racconto della vita di Umberto di Savoia*, Milano, Simonelli.
- RIDOLFI, Maurizio e TRANFAGLIA, Nicola, (1996), *1946. La nascita della Repubblica*, Roma, Laterza.
- RODOLICO, Niccolò (1931-1943), *Carlo Alberto*, 3 voll., Firenze, Le Monnier.
- SALATA, Francesco (1931), *Carlo Alberto inedito*, Milano, Mondadori.
- SPERONI, Gigi, (2004), *Umberto II. Il dramma segreto dell'ultimo re*, Milano, Bompiani.
- TALAMO, Giuseppe (1977), *Carlo Alberto*, in *Dizionario biografico degli italiani*, vol. 20°, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana.